



ESTADO DE SERGIPE
MUNICÍPIO DE AQUIDABÃ

Folha 109
Rubrica 18

PARECER JURÍDICO Nº 44/2022

Consultante: Município de Aquidabã-SE.

Assunto: Registro de preços visando eventual prestação de serviço no fornecimento de assinatura de software de gerenciamento eletrônico de documentos (GED) na nuvem e tratamento, digitalização e indexação de documentos atender as necessidades do Município e dos Fundos Municipais.

EMENTA- ADMINISTRATIVO - PREGÃO ELETRÔNICO - MINUTA DO EDITAL E CONTRATO - LEI Nº 8.666/93 - DECRETO FEDERAL Nº 10.024/2019.

1. Considera-se aprovada a minuta, caso não haja motivo para insurgir-se contra quaisquer de seus dispositivos;
2. A minuta em que haja necessidade de reparos deve ser aprovada sob a condição de retificar as questões apontadas no Parecer Jurídico;
3. A não retificação do edital, naquilo que é apontado no parecer, acarreta a não aprovação da minuta, não podendo o certame prosseguir.

Procedo à análise da minuta do edital e contrato de processo licitatório a ser deflagrado sob a modalidade pregão eletrônico, registro de preços visando eventual prestação de serviço no fornecimento de assinatura de software de gerenciamento eletrônico de documentos (GED) na nuvem e tratamento, digitalização e indexação de documentos atender as necessidades do Município e dos Fundos Municipais.

Esta análise, portanto, dar-se-á em cumprimento ao disposto no artigo 38, parágrafo único da Lei nº 8666/93 e se consubstancia na opinião deste parecerista sobre a legalidade da minuta editalícia.

Para o certame em análise elegeu-se o Pregão Eletrônico, modalidade prevista pela Lei 10.520/02, que simplifica o procedimento para contratação de bens e serviços de natureza comum.

O objeto licitado encaixa-se perfeitamente no conceito de bem comum, afigurando-se correta a decisão da Pregoeira em adotar essa modalidade licitatória.



ESTADO DE SERGIPE
MUNICÍPIO DE AQUIDABÃ

Folha 110

Rubrica BC

Pois Bem. No que concerne aos requisitos de habilitação vislumbro exigências que se amoldam ao disposto nos artigos 27 a 31, da Lei nº 8666/93, acrescentando-se outros específicos a este tipo de contratação.

Esclareço que, correta a forma eletrônica, uma vez que concede **ampla concorrência**, bem como tem a finalidade de ampliar, ao máximo, a disputa.

Nesse trilhar, as normas preconizadas pela Lei nº 8.666/93, bem como as disposições editadas por norma municipal não de ser plenamente atendidas, sob pena de ilegalidade do ato.

Constato, também, atendimento às normas prescritas pelo artigo 40, da Lei de Licitações, a saber: objeto; prazo e condições para assinatura do contrato, sua execução e entrega do objeto; sanção em caso de inadimplemento; condições de participação, pagamento e recebimento do objeto; critérios para julgamento, aceitabilidade das propostas e reajuste, e normas para o caso de interposição de recursos.

O Termo de Referência encontra-se subscrito pelas autoridades que requisitaram o certame, sendo estes responsáveis pela correta especificação dos itens, bem como seus quantitativos (inc. XIV, c), art. 3º, dec. Municipal n. 49/2020), com o escopo de garantir plena higidez do processo licitatório, notadamente em casos tais, em que falece a este subscritor conhecimento técnico sobre a natureza do item a ser licitado.

Sugiro, no entanto, que seja certificado pelo(a) Pregoeiro(a), a presença, no processo administrativo que dará origem a esse certame, dos seguintes elementos (inc. XIII, c), art. 3º c/c art's. 6º, 14º, 17º dec. Municipal n. 49/2020),:

- Justificativa para contratação;
- Coleta de preços, descrevendo a fonte utilizada;
- Autorização para licitar;
- Ato de designação do Pregoeiro e Equipe de Apoio;
- Decretos municipais;
- Rubrica do edital e assinatura pela autoridade competente;



ESTADO DE SERGIPE
MUNICÍPIO DE AQUIDABÃ

Folha 111

Rubrica EX

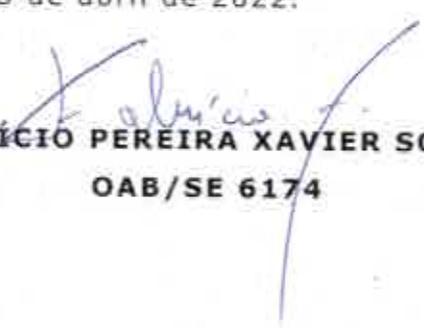
No que concerne aos requisitos de habilitação vislumbro exigências que se amoldam ao disposto nos artigos 27 a 31, da Lei nº 8666/93, acrescentando-se outros específicos a este tipo de contratação.

Em relação à formalização do contrato, devem ser observadas e respeitadas as cláusulas contratuais, em atendimento ao disposto no artigo 55 da lei 8.666/93.

DISPOSITIVO

Nos termos da fundamentação alhures, esta Assessoria Jurídica reconhece a aptidão da minuta do edital, devendo o feito seguir em seus ulteriores termos, e às recomendações supra.

Aquidabã/SE, em 25 de abril de 2022.


FABRÍCIO PEREIRA XAVIER SOUZA
OAB/SE 6174